



PM-AL

Oficial

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	7
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	8
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	10
Emprego de tempos e modos verbais.....	11
Domínio da estrutura morfossintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	16
Emprego das classes de palavras.....	24
Emprego dos sinais de pontuação.....	36
Concordância verbal e nominal.....	40
Regência verbal e nominal.....	43
Emprego do sinal indicativo de crase.....	46
Colocação dos pronomes átonos.....	48
Reescrita de frases e parágrafos do texto; Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	50
Significação das palavras.....	52
Questões.....	59
Gabarito.....	72

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional (ambiente Windows). Noções de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office).....	24
Redes de computadores . Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet . Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome e similares). Sítios de busca e pesquisa na Internet.....	67
Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook).....	74

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Grupos de discussão	85
Redes sociais	88
Computação na nuvem (cloud computing).....	92
Segurança da informação . Procedimentos de segurança . Noções de malware, vírus, worms e pragas virtuais . Aplicativos para segurança (antivírus, firewall , anti-spyware etc.)..	95
Procedimentos de backup	103
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	105
QUESTÕES.....	106
Gabarito.....	112

CIÊNCIAS SOCIAIS - SOCIOLOGIA

A constituição do saber sociológico.....	1
A sociologia como ciência; Ciência e senso comum; Subjetividade e objetividade	8
A sociologia e as ciências sociais.....	9
A questão metodológica nas ciências sociais e a pesquisa social.....	13
Estrutura e organização social; Estrutura da sociedade; Instituições sociais; Classes sociais, estratificação e desigualdade: Karl Marx e Max Weber; Classe social na sociedade ocidental atual: classes e estilos de vida	22
Problemas sociais contemporâneos; Desigualdades sociais; Exclusão social; Preconceito e discriminação; Movimentos sociais tradicionais e novos; Gênero e envelhecimento; Gênero e violência; Cultura e consumo; Violência e Estado; Migrações; Ética e cidadania; Sociedade, trabalho e emprego, relações sociais e transformações do trabalho; Os meios de comunicação e a questão ideológica; O meio ambiente e o desenvolvimento tecnológico; A globalização e os Estados nacionais; Diversidade cultural e étnica; Religião e sociedade; Metodologia de ensino de sociologia	31
FILOSOFIA: Filosofia da ciência e teoria do conhecimento; Pré-socráticos; Sofistas; Sócrates, Platão e Aristóteles; Patrística (Agostinho); Escolástica (Tomás de Aquino); Racionalismo (Descartes); Empirismo (Bacon e Locke); Criticismo kantiano; Idealismo hegeliano; Materialismo histórico e dialético; Fenomenologia; Escola de Frankfurt e Teoria Crítica; Popper, Bachelard, Kuhn, Feyerabend	39
Ética; Origens da ética; Questões de ética contemporânea; Éticas deontológicas e éticas utilitaristas; Ética, ciência e novas tecnologias; Bioética.....	42
Filosofia política: Pensamento político antigo (Platão, Aristóteles); Pensamento político em Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Kant, Hegel e Marx Pensamento político contemporâneo (Habermas)	45
Filosofia da linguagem (Locke, Rousseau, Wittgenstein e a filosofia analítica contemporânea)	64
Questões	65
Gabarito.....	71

SUMÁRIO

SUMÁRIO



MATEMÁTICA

Aritmética: operações com números racionais. Conjuntos numéricos, intervalos e operações.....	1
Álgebra. Equações do 1º e do 2º graus. Inequações de 1º grau. Inequações de 2º grau	19
Fatoração. Produtos notáveis.....	28
Geometria. Triângulos e quadriláteros. Semelhança e congruência de triângulos. Relações métricas no triângulo retângulo. Áreas das principais figuras planas	32
Razão e proporção	42
Regra de três simples e composta.....	45
Porcentagem e juros simples e compostos.....	46
Conjuntos. Representação de conjuntos. Conjuntos unitários, vazio e universo. Igualdade, subconjuntos, operações.....	51
Funções. Par ordenado e produto cartesiano. Noção de relação. Noção de função. Domínio de uma função real de variável real. Gráfico de uma função. Análise de gráficos. Função bijetora, função inversa e função composta. Funções de 1º grau. Função constante. Estudo do sinal de uma função de 1º grau. Funções de 2º grau. Aspectos introdutórios. Gráfico de uma função do 2º grau. Vértice de uma parábola. Raízes de uma função de 2º grau. Estudo do sinal de uma função de 2º grau.....	57
Funções exponenciais. Conceito de função exponencial. Gráfico de funções exponenciais. Equações exponenciais. Inequações exponenciais	68
Logaritmos. Definição de logaritmo. Propriedades dos logaritmos. Mudança de base. Sistemas de logaritmos. Funções logarítmicas. Inequações logarítmicas	72
Funções Trigonométricas. Redução de arcos do 1º quadrante. Operações com arcos. Relações trigonométricas.....	77
Progressões aritméticas e geométricas: conceito; classificação; fórmula do termo geral; representação genérica; soma dos n primeiros termos; soma dos infinitos termos de uma progressão geométrica.....	90
Matrizes. Aspectos introdutórios. Representação. Matrizes especiais. Matriz transposta. Igualdade de matrizes. Operações com matrizes. Determinantes. Conceito. Ordem do determinante. Propriedades. Discussão do sistema linear. Sistema linear homogêneo. Regras para cálculo do determinante. Sistemas lineares. Introdução. Equação linear. Solução de um sistema linear. Classificação de um sistema linear. Discussão das soluções de um sistema linear	95
Geometria espacial. Prisma. Pirâmide. Cilindro. Cone. Esfera. Áreas e volume do cubo e do paralelepípedo.....	106
Geometria analítica. Estudo do ponto. Estudo da reta. Estudo da circunferência	117
Números complexos. Representação. Operações na forma algébrica e trigonométrica	126
Análise combinatória. Fatorial. Permutação. Combinação. Arranjo. Binômio de Newton. Número binomial. Teorema de Newton para desenvolvimento do binômio $(x + a)^n$.	130
Generalização. Somatório. Termo geral do binômio de Newton	

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Polinômios. Conceito. Identidade de polinômios. Operações com polinômios. Propriedades fundamentais da divisão de polinômios. Raiz ou zero de um polinômio	136
Fração polinomial e frações polinomiais idênticas	143
QUESTÕES.....	146
GABARITO	154

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Decreto-lei nº 2.848/1940 (Parte geral do Código Penal Brasileiro, títulos de I a III)....	1
Crimes; Crimes contra a pessoa	6
Crimes contra o patrimônio	51
Crimes contra a administração pública	78
Questões	88
GABARITO	92

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Conceito; Evolução; Abrangência.....	1
Sistema de proteção.....	2
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992)	3
Questões	23
GABARITO	27

NOÇÕES DE PROCESSO PENAL

Inquérito policial.....	1
Ação penal.....	8
Questões	11
GABARITO	16

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR

Aplicação da lei penal militar	1
Crime.....	2
Imputabilidade penal	4

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Concurso de agentes	7
Penas; Aplicação da pena; Suspensão condicional da pena; Livramento condicional; Penas acessórias	10
Efeitos da condenação	19
Medidas de segurança	21
Ação penal; Extinção da punibilidade.....	24
Crimes militares em tempo de paz; Crimes própria e impropriamente militares; critérios de classificação	30
Princípios constitucionais penais com reflexos na lei penal militar	36
Questões	39
GABARITO	43

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Processo penal militar e sua aplicação	1
Polícia judiciária militar	7
Inquérito policial militar	9
Ação penal militar e seu exercício.....	13
Processo.....	15
Juiz, auxiliares e partes do processo	26
Denúncia	31
Questões prejudiciais; Exceções; Incidente de sanidade mental do acusado; Incidente de falsidade de documento	36
Medidas preventivas e assecuratórias	39
Providências que recaem sobre coisas; Providências que recaem sobre pessoas: Prisão em flagrante; Prisão preventiva; Liberdade provisória	42
Citação, intimação e notificação.....	49
Atos probatórios: Interrogatório; Confissão; Perícias e exames; Testemunhas; Acareação; Reconhecimento de pessoa e coisa; Documentos; Indícios.....	53
Processos em espécie: Processo ordinário; Processos especiais; Deserção de oficial e de praça; Insubmissão	58
Nulidades.....	68
Recursos: Regras gerais; Recurso em sentido estrito; Correição parcial; Apelação; Embargos; Revisão; Recurso extraordinário; Reclamação.....	69
Execução: Incidente; Suspensão condicional da pena; Livramento condicional; Indulto, comutação da pena, anistia e reabilitação; Execução das medidas de segurança	74
Princípios constitucionais processuais com reflexos na lei processual penal militar	98
QUESTÕES.....	107
GABARITO	110

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição; Conceito, objeto, elementos e classificações	1
Supremacia da Constituição.....	10
Aplicabilidade das normas constitucionais	11
Interpretação das normas constitucionais	14
Métodos, princípios e limites	20
Princípios fundamentais	23
Direitos e garantias fundamentais	25
Direitos e deveres individuais e coletivos; Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data; Direitos sociais; Nacionalidade; Direitos políticos; Partidos políticos	27
Organização do Estado	48
Organização político-administrativa; União, estados federados, municípios, Distrito Federal e territórios ;Intervenção dos estados nos municípios	50
Administração pública; Disposições gerais; Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.....	65
Organização dos poderes no Estado; Poder Legislativo; Prerrogativas parlamentares; Poder Judiciário; Disposições gerais.....	75
Mecanismos de freios e contrapesos	81
Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.....	85
Justiça militar da União e dos estados	86
Intervenção federal e estado de sítio ; Defesa do Estado e das instituições democráticas; segurança pública; forças armadas.....	89
Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	94
Constituição do Estado de Alagoas.....	121
Questões	122
GABARITO	126

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos em língua inglesa	1
Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos	3
Questões	5
Gabarito.....	14

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS

Formação histórica de Alagoas: Colonização portuguesa; Economia açucareira; Emancipação política da Capitania de Pernambuco em 1817; Elevação à Província em 1821.....	1
Quilombo dos Palmares; Formação no período colonial; Resistência à escravidão; Liderança de Zumbi dos Palmares.....	8
Aspectos geográficos: Litoral, Zona da Mata, Agreste e Sertão; Rio São Francisco....	13
Organização político-administrativa: Maceió como capital estadual; Municípios; Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.....	16
Economia estadual: Agroindústria canavieira; Turismo; Setor de serviços.....	19
Cultura e patrimônio: Manifestações culturais populares; Patrimônio histórico-cultural alagoano.....	22
QUESTÕES.....	25
GABARITO.....	28

ATUALIDADES

Política Nacional e Internacional: Eventos políticos recentes no Brasil e no mundo. Relações internacionais, tratados, acordos, conflitos, etc. Economia: Eventos econômicos relevantes. Sociedade e Cultura: Questões sociais, como saúde, educação, segurança, meio ambiente. Tendências culturais e sociais. Avanços científicos e tecnológicos. Meio Ambiente: Mudanças climáticas e sustentabilidade. Eventos ambientais significativos. Questões relacionadas à conservação e preservação ambiental. Tecnologia e Inovação: Novas tecnologias e inovações. Desenvolvimentos na área de ciência da computação, internet e inteligência artificial. Relações Internacionais: Discussões sobre questões globais.....	1
---	---

CIÊNCIAS DA NATUREZA - BIOLOGIA

Seres vivos: classificação dos seres vivos.....	1
Célula; Célula procariota e eucariota; Componentes morfológicos das células; Funções das estruturas celulares.....	7
Tecidos animais: características estruturais e funcionais.....	38
Morfologia e fisiologia humana; Morfologia, externa e interna; Fisiologia, nutrição, digestão, respiração, circulação e excreção; Sistemas de proteção, sustentação e locomoção; Sistemas nervoso e endócrino.....	48
Ecologia; Relações tróficas entre os seres vivos; Biomas; Ciclos biogeoquímicos.....	100
Conservação e preservação da natureza, impacto humano, poluição e biocidas, ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção, principalmente no Brasil.....	117

SUMÁRIO



Evolução dos seres vivos	140
Reino vegetal; Funções vitais das plantas; Briófitas, pteridófitas, gimnospermas e angiospermas	148
Reino Animal; Características gerais, reprodução, nutrição, locomoção e coordenação; Poríferos; Cnidários; Artrópodes; Moluscos; Equinodermos; Nematelmintos; Platelminotos; Anelídeos; Cordados.....	158
Saúde, higiene e saneamento básico	186
Doenças adquiridas e transmissíveis: viroses, AIDS, dengue, poliomielite, tuberculose, sífilis, meningite meningocócica, cólera, tétano; Ciclo de vida, transmissão e profilaxia: raiva, sarampo, leptospirose, amebíase, malária, doença de chagas, verminoses, ascaridíase, teníase, cisticercose, esquistosomose e ancilostomose.....	188
As defesas do organismo, imunidade passiva e imunidade ativa	224
FÍSICA: História e evolução das ideias da física; Cosmologia antiga	228
A física de Aristóteles	231
Origens da mecânica; Surgimento da teoria da relatividade e da teoria quântica; Mecânica; Cinemática escalar, cinemática vetorial; Movimento circular; Leis de Newton e suas aplicações; Trabalho; Potência; Energia, conservação e suas transformações, impulso; Quantidade de movimento e conservação da quantidade de movimento	235
Gravitação universal; Estática dos corpos rígidos; Estática dos fluidos; Princípios de Pascal, Arquimedes e Stevin.....	288
Termodinâmica; Calor e temperatura; Temperatura e dilatação térmica; Calor específico; Trocas de calor. 3.5 Mudança de fase e diagramas de fases; Propagação do calor; Teoria cinética dos gases; Energia interna; Lei de Joule; Transformações gasosas; Leis da termodinâmica (entropia e entalpia); Máquinas térmicas; Ciclo de Carnot.....	293
Eletromagnetismo; Introdução à eletricidade; Campo elétrico; Lei de Gauss; Potencial elétrico; Corrente elétrica; Potência elétrica e resistores; Circuitos elétricos; Campo magnético; Lei de Ampère; Lei de Faraday; Propriedades elétricas e magnéticas dos materiais; Equações de Maxwell; Radiação.....	300
Ondulatória; Movimento harmônico simples; Oscilações livres, amortecidas e forçadas; Ondas; Ondas sonoras e eletromagnéticas; Frequências naturais e ressonância; Óptica geométrica (reflexão e refração da luz); Instrumentos ópticos (características e aplicações).....	322
Óptica física; Interferência; Difração; Polarização.....	331
Física moderna; Introdução à relatividade especial; Transformação de Lorentz; Equivalência massa-energia; Natureza ondulatória-corpúscular da matéria; Teoria quântica da matéria e da radiação; Modelo do átomo de hidrogênio; Núcleo atômico; Energia nuclear	356
QUÍMICA: O mundo e suas transformações: história e importância da química	364
Teoria Atômico-Molecular; Modelos atômicos (Dalton, Thomson, Rutherford e Bohr) e evolução dos conceitos de átomo	365

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Os trabalhos de Faraday	374
Leis ponderais (Lavoisier, Proust, Dalton e Richter-Wenzel-Berzelius)	380
Leis volumétricas de Gay-Lussac; Lei de Avogadro; Conceitos decorrentes da Teoria Atômico-Molecular: unidade de massa atômica (u), quantidade de matéria, massa molar, volume molar; Fórmulas químicas; Cálculos estequiométricos	384
Classificação periódica dos elementos químicos; Tabela Periódica: histórico e evolução; Classificação dos elementos em metais, não metais, semimetais e gases nobres; Configuração eletrônica dos elementos ao longo da Tabela Periódica; Propriedades periódicas e aperiódicas	398
Radioatividade; Natureza das emissões radioativas; Leis da radioatividade; Cinética da desintegração radioativa; Fenômenos de fissão nuclear e fusão nuclear; Riscos e aplicações das reações nucleares	415
Ligações químicas: ligações iônica, covalente e metálica; ligações intra e intermoleculares; geometria molecular (eletronegatividade e polaridade das ligações e das moléculas, Teoria da Repulsão dos Pares Eletrônicos, Teoria da Ligação de Valência e Sobreposição de Orbitais, orbitais híbridos e moleculares); relação entre estrutura e propriedade das substâncias químicas	419
Interações químicas; Ligações iônica, covalente e metálica; Forças intermoleculares; Geometria molecular: eletronegatividade e polaridade das ligações e das moléculas, Teoria da Repulsão dos Pares Eletrônicos, Teoria da Ligação de Valência e Sobreposição de Orbitais, orbitais híbridos e moleculares; Relação entre estrutura e propriedade das substâncias químicas	424
Matéria e mudança de estado; Sólidos, líquidos, gases e outros estados da matéria (ideais e reais); Características e propriedades de gases, líquidos e sólidos; Ligações químicas nos sólidos, líquidos e gases; Métodos de separação de misturas; Misturas e soluções; Relações de proporcionalidade entre solutos e solvente: concentração em quantidade de matéria, concentração em massa, fração em quantidade de matéria, fração em massa, fração em volume; Grandezas-padrão e unidades-padrão (SI) e sua relação com outras grandezas e unidades; Solubilidade; Propriedades coligativas	429
Funções químicas inorgânicas; Ácidos, bases, sais e óxidos: conceito, propriedades e nomenclatura; Hidretos, carbetos e nitretos: conceito, propriedades e nomenclatura; Principais reações envolvendo compostos inorgânicos	440
Balanceamento de equações	461
Gases; Teoria cinética; Leis dos gases; Densidade dos gases; Difusão e efusão dos gases; Misturas gasosas	463
Termoquímica; Energia e calor; Reações exotérmicas e endotérmicas; Entalpia, entropia e energia livre; Espontaneidade de uma reação; Entalpias de formação e de combustão das substâncias; Calor de reação em pressão constante e em volume constante; Lei de Hess	475
Cinética química; Velocidades e mecanismos de reação; Equação de velocidade, teoria das colisões e complexo ativado; Influência da energia, da concentração, da pressão e dos catalisadores na velocidade das reações químicas	483

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Equilíbrio químico; Equilíbrio iônico em soluções aquosas, constante de equilíbrio; 2 Equilíbrio ácido-base, hidrólise de sais, solução tampão, conceitos de K_a , K_b , K_h , pH, pOH e grau de dissociação e de hidrólise; Equilíbrio de precipitação, conceito de K_{ps} ; Deslocamento do equilíbrio; Lei da Diluição de Ostwald; Efeito do íon comum; Lei da Ação das Massas.....	489
Eletroquímica; Potenciais de oxidação e redução; Espontaneidade de uma reação de oxirredução; Pilhas e acumuladores; Eletrólise.....	507
Química orgânica; Propriedades fundamentais do átomo de carbono, hibridação, estados de oxidação de carbono, ligações sigma e pi, geometria molecular, classificação do átomo de carbono na cadeia carbônica, notação e nomenclatura dos principais radicais orgânicos; Notação, nomenclatura e propriedades físicas e químicas de hidrocarbonetos, haletos orgânicos, álcoois, fenóis, éteres, cetonas, aldeídos, ácidos carboxílicos, ésteres, anidridos, haletos de ácido, aminas, amidas, nitrilas, isonitrilas e nitrocompostos; Reatividade dos compostos orgânicos, reações de redução, oxidação, combustão, adição e substituição.....	522
Glicídeos, lipídeos, aminoácidos, proteínas, ácidos nucleicos	557
Tecnologias associadas à química orgânica: petroquímica, polímeros sintéticos, aditivos em alimentos, agroquímica, drogas, medicamentos e biotecnologia	568
Questões	579
Gabarito.....	585

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

Lei Estadual nº 5.346/1992 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas) ...	1
Decreto Estadual nº 37.042/1996 (aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Alagoas e dá outras providências)	33
Lei nº 7.716/1989 (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor)	58
Lei nº 8.072/1990 e Lei nº 8.930/1994 (crimes hediondos).....	61
Lei nº 12.850/2013 (crime organizado)	65
Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).....	74
Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente).....	75
Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)	89
Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).....	99
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).....	123
Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).....	136
Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	229
Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade)	296
Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária) e suas alterações.....	303

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei nº 9.099/1995 (juizados especiais).....	305
Lei nº 10.259/2001 (leis dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da justiça federal) e suas respectivas alterações	318
Lei Federal nº 14.751/2023 (Lei orgânica da Polícia Militar)	321
Questões	340
GABARITO	343

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública; Conceitos; Elementos	1
Direito administrativo; Conceito; Objeto; Fontes	6
Ato administrativo; Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Extinção do ato administrativo; Cassação, anulação, revogação e convalidação; Decadência administrativa	12
Poderes da administração pública; Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder.....	29
Regime jurídico administrativo; Conceito; Princípios expressos e implícitos da administração pública.	40
Responsabilidade civil do Estado; Evolução histórica; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; Reparação do dano; Direito de regresso	56
Controle da administração pública; Controle exercido pela administração pública; Controle judicial; Controle legislativo	63
Improbidade administrativa	72
Licitações e contratos administrativos; Legislação pertinente Lei nº 14.133/2021	99
Decreto nº 11.531/2023 e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de agosto de 2023.	173
Questões	239
GABARITO	243

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA

A Sociologia surgiu no século dezanove como resposta a profundas transformações que estavam ocorrendo na sociedade europeia. Essas mudanças não apenas alteraram o modo de vida das pessoas, como também colocaram em xeque as explicações tradicionais sobre o funcionamento da sociedade. Até então, a religião e a filosofia ofereciam os principais instrumentos para entender o mundo social. Com a modernidade, tornou-se necessário desenvolver uma nova forma de compreender a realidade coletiva: uma ciência da sociedade.

Esse novo olhar surgiu da necessidade de analisar as causas, os efeitos e os desdobramentos de fenômenos sociais complexos que estavam se tornando cada vez mais evidentes. Neste cenário, a Sociologia nasce com o objetivo de interpretar, explicar e intervir na realidade social.

► Transformações da modernidade

O surgimento da Sociologia está intimamente ligado ao processo de modernização da sociedade europeia. A modernidade, nesse contexto, pode ser entendida como o conjunto de mudanças políticas, econômicas, culturais e tecnológicas que modificaram profundamente a vida social a partir do século dezoito.

Dois eventos históricos são particularmente importantes para compreender o nascimento da Sociologia: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Eles representam não apenas mudanças estruturais, mas também o rompimento com o mundo tradicional e o início de uma nova era social.

► A Revolução Industrial

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra, entre o final do século dezoito e o início do século dezanove, marcando uma grande transformação no modo de produção. A substituição do trabalho artesanal pelo trabalho fabril, o uso crescente de máquinas e a concentração de trabalhadores nas cidades provocaram profundas mudanças sociais.

Algumas consequências importantes foram:

- O crescimento acelerado das cidades e o surgimento de problemas urbanos como a pobreza, a criminalidade e a degradação ambiental.
- A formação do proletariado urbano, grupo de trabalhadores assalariados submetidos a condições de trabalho precárias.
- O fortalecimento da burguesia industrial, que passou a controlar os meios de produção e se tornou o novo grupo dominante na sociedade.

Essas transformações impactaram diretamente as relações sociais, econômicas e políticas, colocando em evidência a necessidade de compreender os novos conflitos e estruturas sociais.

► A Revolução Francesa

A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, representou uma ruptura com o sistema político do Antigo Regime, baseado no absolutismo monárquico e na sociedade de ordens. Ela teve como princípios a liberdade, a igualdade e a fraternidade, e promoveu a ascensão da burguesia ao poder.

Suas principais consequências sociais e políticas incluem:

- O fim do sistema feudal e das hierarquias sociais baseadas no nascimento.
- A valorização do indivíduo como sujeito de direitos.
- A consolidação do Estado moderno como autoridade política legítima, com base na razão e no contrato social.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

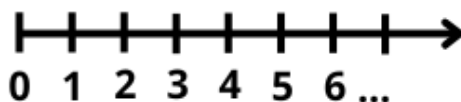
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra \mathbb{N} e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.



DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Anterioridade da Lei

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Lei penal no tempo

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Lei excepcional ou temporária (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Tempo do crime

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Territorialidade

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Lugar do crime (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Extraterritorialidade (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)



Noções de Direitos Humanos

Os direitos humanos são um conjunto de princípios e normas que visam garantir a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os seres humanos. Este texto abordará o conceito, o surgimento, a evolução histórica, a classificação e as características dos direitos humanos.

► **Conceito**

Direitos humanos são os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Eles são universais, inalienáveis e indivisíveis.

► **Surgimento e Evolução Histórica**

Antiguidade e Idade Média

Embora o conceito moderno de direitos humanos seja relativamente recente, ideias semelhantes podem ser rastreadas até as filosofias antigas e as leis religiosas.

Iluminismo

O Iluminismo europeu forneceu o terreno fértil para o desenvolvimento do conceito de direitos humanos, com filósofos como John Locke e Voltaire defendendo princípios de liberdade e igualdade.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, esta declaração marcou um momento crucial na história dos direitos humanos, estabelecendo um padrão global de direitos que todos os seres humanos deveriam desfrutar.

► **Classificação**

Direitos Civis e Políticos

Esses direitos incluem liberdade de expressão, direito a um julgamento justo e direitos de voto. Eles são frequentemente considerados os “primeiros” direitos humanos.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Esses direitos abrangem questões como educação, saúde e bem-estar social. Eles são por vezes considerados “segundos” direitos humanos, embora essa classificação seja cada vez mais contestada.

► **Características**

Universalidade

Os direitos humanos são universais, aplicando-se a todos os seres humanos, independentemente de qualquer característica individual.

Inalienabilidade

Esses direitos não podem ser retirados ou renunciados, exceto em circunstâncias específicas e de acordo com o devido processo legal.



► Histórico

O Estado pode e deve punir o autor da infração penal, garantindo com isso a estabilidade e a segurança coletiva, tal como idealizado no próprio texto constitucional (art. 5.º, caput, CF), embora seja natural e lógico exigir-se uma atividade controlada pela mais absoluta legalidade e transparência.

Nesse contexto, variadas normas permitem que órgãos estatais investiguem e procurem encontrar ilícitos penais ou extrapenais. O principal instrumento investigatório no campo penal, cuja finalidade precípua é estruturar, fundamentar e dar justa causa à ação penal, é o inquérito policial. Aliás, constitucionalmente, está prevista a atividade investigatória da polícia judiciária – federal e estadual (art. 144, § 1.º, IV, e § 4.º, CF). O Código de Processo Penal dedica um capítulo específico a essa forma de investigação, ainda que não seja a única possível a dar alicerce à ação penal.

O inquérito¹ na história brasileira: O Código de Processo Criminal de 1832 fazia referência ao Chefe de Polícia, mas não a inquérito.

O Código de Processo Criminal passou por sensíveis reformas com o advento da Lei n. 261/1841. Em cada município da Corte e em cada Província foi determinado que houvesse um Chefe de Polícia, com os delegados e subdelegados nomeados pelo Imperador.

Todas as autoridades policiais ficaram subordinadas ao Chefe da Polícia. Os Chefes de Polícia eram escolhidos entre os desembargadores e juízes de direito.

Os delegados e subdelegados, entre juízes e cidadãos. Eram todos “amovíveis” (transferíveis) e obrigados a aceitar o cargo. O artigo 4º conferia aos Chefes de Polícia e aos delegados as mais diversas atribuições. O embrião do inquérito policial no Brasil se encontra no parágrafo 9º do artigo 4º da Lei n. 261/1841.

Posteriormente, a Lei n. 2.033/1871 alterou diversas disposições da legislação processual. Finalmente, o Decreto n. 4.824/1871, regulamentando a Lei n. 2.033/1871, instituiu e normatizou o inquérito policial (dos artigos 38 ao 44). Consoante o artigo 42, o inquérito policial consiste em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos factos criminosos, de suas circunstâncias e dos seus autores e cúmplices.

► Grau De Cognição

Significa que o inquérito é iniciado por ato voluntário da autoridade policial, sem que tenha havido pedido expresso de qualquer pessoa nesse sentido. A lei determina que a autoridade é obrigada a instaurar o inquérito sempre que tomar conhecimento da ocorrência de crime de ação pública em sua área de atuação.

Assim, quando o delegado de polícia fica sabendo da prática de um delito deve baixar a chamada portaria, que é a peça que dá início ao procedimento inquisitorial. Na portaria a autoridade declara instaurado o inquérito e determina as providências iniciais a serem tomadas.

A *notitia criminis* trata-se do conhecimento pela autoridade, espontâneo ou provocado, de um ato aparentemente criminoso, e que merece ser investigado.

É a ciência da autoridade policial da ocorrência de um fato criminoso, podendo ser:

- a) Direta: quando o próprio delegado, investigando, por qualquer meio, descobre o acontecimento;
- b) Indireta: quando a vítima provoca a sua atuação, comunicando-lhe a ocorrência, bem como quando o promotor ou o juiz requisitar a sua atuação. Nesta última hipótese (indireta), cremos estar inserida a prisão em flagrante. Embora parte da doutrina denomine essa forma de *notitia criminis* de coercitiva, não deixa ela de ser uma maneira indireta da autoridade policial tomar conhecimento da prática de uma infração penal.

¹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/artigo-4-cpp-inquerito-policial-historico-natureza-finalidade-principios-valor-pobatorio-relacoes-com-o-mp/1402178009>. Acesso em 08.05.2024.



DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR

▸ Lei Penal Militar no tempo

O direito penal militar adota a [teoria da atividade](#), na qual considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que o resultado seja outro.

▸ Lei Penal Militar no espaço

- Em relação ao lugar do crime, é aplicada a [teoria da ubiquidade](#), que considera praticado o crime no local em que ocorreu a conduta, em todo ou em parte, bem como onde se produziu ou se deveria produzir o resultado.

1 – Teoria da ubiquidade ≠ teoria do resultado (tempo do crime): se a pergunta falar de “lugar”, é ubiquidade, mas se mencionar “momento”, é resultado (“Luta”).

- **A teoria da ubiquidade é adotada para solucionar possível conflito quanto à possibilidade ou não de aplicação da lei brasileira nos crimes à distância, onde a conduta ocorre em um lugar e o resultado é produzido em outro, ex.:** agente em Foz de Iguaçu/PR dispara uma arma cuja bala atravessa a fronteira e mate uma vítima em Assunção/PA.

2 – No exemplo acima é possível aplicação da lei penal brasileira, porque a conduta foi realizada no Brasil, ainda que o resultado tenha ocorrido no Paraguai (o inverso seria verdade também).

Regra da Aplicação da Lei Penal Brasileira

- A regra é a [territorialidade](#), ou seja, a lei penal brasileira será aplicada quando a conduta ou o resultado do crime, ocorrer no território nacional.

▪ Território nacional:

1 – Território geográfico/físico:

- I – Espaço de terra dentro das fronteiras do território nacional;
- II – Subsolo;
- III – Espaço aéreo correspondente;
- IV – Em porto ou faixa de mar territorial.

2 – Território por extensão: locais que a princípio não seriam território nacional, porém a lei os considera como tal:

I – Embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem;

II – Aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar;

III – Aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.



PROCESSO PENAL MILITAR E SUA APLICAÇÃO

O Processo Penal Militar é uma área especializada do Direito Processual, voltada para o julgamento de crimes militares e infrações cometidas por membros das Forças Armadas e, em determinados casos, das forças auxiliares (polícias militares e corpos de bombeiros militares). Esse ramo busca manter a disciplina e hierarquia, valores fundamentais para a organização e o funcionamento das instituições militares.

A organização das normas processuais militares no Brasil remonta ao Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), que estabelece procedimentos específicos e, em certos aspectos, distintos dos aplicados ao processo penal comum. A existência de um procedimento penal próprio para militares se justifica pela natureza peculiar das atividades militares, que envolvem o uso da força e uma estrutura hierárquica rígida, demandando mecanismos processuais que preservem esses princípios.

► Objetivo e Especificidades do Processo Penal Militar

O principal objetivo do Processo Penal Militar é assegurar a justiça e a disciplina militar por meio de um sistema que avalie, com celeridade e rigor, as condutas dos militares. Diferente do processo penal comum, que busca atender a sociedade civil como um todo, o Processo Penal Militar é direcionado para a manutenção da ordem dentro das instituições militares. Assim, a aplicação desse processo em casos de crimes militares ou condutas que infrinjam os deveres militares é fundamental para a coesão interna e a segurança das forças armadas.

A estrutura do Processo Penal Militar incorpora tanto elementos de um processo acusatório (com direito ao contraditório e ampla defesa) quanto características inquisitivas, principalmente em procedimentos que envolvem a hierarquia e a disciplina. As particularidades do processo incluem, por exemplo, a possibilidade de aplicação de procedimentos sumários em infrações de menor gravidade, bem como o julgamento colegiado por Conselhos de Justiça, nos quais oficiais compõem o corpo julgador.

► Competência da Justiça Militar

A Justiça Militar no Brasil está dividida em dois âmbitos principais: a Justiça Militar da União e a Justiça Militar dos Estados. A Justiça Militar da União julga os militares das Forças Armadas, enquanto a Justiça Militar dos Estados é responsável pelo julgamento de membros das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, desde que os crimes cometidos estejam vinculados ao exercício de suas funções.

O critério de competência para aplicação do Processo Penal Militar envolve o tipo de crime, a natureza da infração e o vínculo do agente com a função militar. Crimes como insubordinação, deserção, desrespeito a superior hierárquico e abandono de posto são algumas das infrações mais comuns no âmbito militar e são processadas e julgadas de acordo com o rito militar.

► Importância e Limitações do Processo Penal Militar

O Processo Penal Militar desempenha um papel fundamental na preservação das instituições militares, que exigem uma estrutura disciplinada e rigorosa. As normas militares, ao regulamentarem as condutas dos militares e preverem sanções específicas, reforçam o compromisso com a hierarquia e a disciplina, contribuindo para o fortalecimento da ordem pública e do dever militar. No entanto, a aplicação deste processo é restrita aos crimes definidos pela legislação específica, o que limita a sua competência às infrações estritamente militares ou que tenham vínculo direto com a função exercida.



► Conceito de Constituição

A Constituição é a norma suprema que rege a organização de um Estado Nacional.

Por não haver na doutrina um consenso sobre o conceito de Constituição, faz-se importante o estudo das diversas concepções que o englobam. Então vejamos:

Constituição Sociológica:

Idealizada por Ferdinand Lassalle, em 1862, é aquela que deve traduzir a soma dos fatores reais de poder que rege determinada nação, sob pena de se tornar mera folha de papel escrita, que não corresponde à Constituição real.

Constituição Política:

Desenvolvida por Carl Schmitt, em 1928, é aquela que decorre de uma decisão política fundamental e se traduz na estrutura do Estado e dos Poderes e na presença de um rol de direitos fundamentais. As normas que não traduzirem a decisão política fundamental não serão Constituição propriamente dita, mas meras leis constitucionais.

Constituição Jurídica:

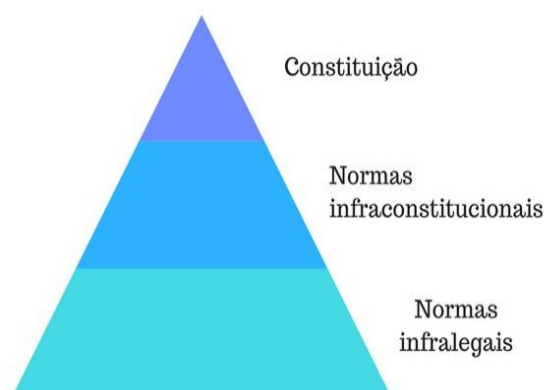
Fundada nas lições de Hans Kelsen, em 1934, é aquela que se constitui em norma hipotética fundamental pura, que traz fundamento transcendental para sua própria existência (sentido lógico-jurídico), e que, por se constituir no conjunto de normas com mais alto grau de validade, deve servir de pressuposto para a criação das demais normas que compõem o ordenamento jurídico (sentido jurídico-positivo).

Na concepção jurídico-positiva de Hans Kelsen, a Constituição ocupa o ápice da pirâmide normativa, servindo como paradigma máximo de validade para todas as demais normas do ordenamento jurídico.

Ou seja, as leis e os atos infralegais são hierarquicamente inferiores à Constituição e, por isso, somente serão válidos se não contrariarem as suas normas.

Abaixo, segue a imagem ilustrativa da Pirâmide Normativa:

Pirâmide Normativa:



Como Normas Infraconstitucionais entendem-se as Leis Complementares e Ordinárias;

Como Normas Infralegais entendem-se os Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resoluções, etc.



A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.



OCUPAÇÃO E TERRITÓRIO (SÉCULOS XVI E XVII)

A ocupação do território que hoje corresponde ao estado de Alagoas ocorreu no contexto da expansão colonial portuguesa no Nordeste brasileiro. Durante os séculos XVI e XVII, a região integrou a Capitania de Pernambuco e teve sua ocupação associada à exploração de recursos naturais, à expansão da agricultura e ao controle estratégico do litoral e das rotas fluviais. Esse processo envolveu conflitos com populações indígenas, disputas entre potências coloniais e a formação de núcleos urbanos que se tornariam importantes centros administrativos e econômicos.

► Colonização Portuguesa: A Submissão a Pernambuco

O território que hoje corresponde a Alagoas foi inicialmente integrado ao sistema de capitanias hereditárias implantado pela Coroa portuguesa no século XVI. Em 1534, essa região foi concedida a Duarte Coelho como parte da Capitania de Pernambuco. Durante quase três séculos, Alagoas permaneceu subordinada administrativamente a Pernambuco, sendo conhecida como **Comarca das Alagoas**, sem autonomia política própria.

Essa condição refletia a lógica da administração colonial portuguesa, que organizava o território a partir de centros econômicos mais desenvolvidos. Pernambuco, por possuir forte produção açucareira e grande importância comercial, exercia controle sobre áreas vizinhas, incluindo a região alagoana.

Ocupação do litoral e dos rios

A colonização portuguesa na região iniciou-se principalmente pelo litoral e pelas margens dos rios. Essas áreas apresentavam vantagens estratégicas tanto para a exploração econômica quanto para a comunicação com outras regiões da colônia.

O litoral norte, especialmente a região de **Porto Calvo**, foi um dos primeiros pontos de ocupação efetiva. A localização permitia o escoamento de produtos e facilitava o contato com rotas marítimas comerciais. Além disso, as margens do **Rio São Francisco**, particularmente na região de **Penedo**, tornaram-se importantes centros de circulação de pessoas e mercadorias.

Inicialmente, a exploração econômica concentrou-se na extração de **pau-brasil**, madeira valorizada no mercado europeu. Com o avanço da colonização e o desenvolvimento da economia açucareira no Nordeste, a região passou a integrar o sistema de produção de açúcar, ampliando sua importância econômica dentro da estrutura colonial.

Conflito com os povos indígenas

A ocupação do território não ocorreu de maneira pacífica. A região era habitada por diversos povos indígenas que possuíam formas próprias de organização social, cultural e territorial. Entre esses grupos, destacavam-se os **Caetés**, que ocupavam áreas importantes do litoral nordestino.

A expansão colonial portuguesa implicou a disputa direta pelo território e pelos recursos naturais. Como resultado, ocorreram diversos conflitos entre colonizadores e populações indígenas. A resistência indígena foi frequentemente reprimida de maneira violenta pelos colonizadores, que buscavam consolidar o controle da terra e garantir a expansão da atividade econômica.

Um dos episódios mais conhecidos desse período foi o **caso do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha**, ocorrido em meados do século XVI. Após um naufrágio na costa brasileira, o bispo e parte de sua comitiva foram capturados e mortos por indígenas Caetés. O episódio foi amplamente utilizado pelos colonizadores como justificativa para a chamada **“Guerra Justa”**, um conceito jurídico-religioso que autorizava campanhas militares contra os povos indígenas considerados hostis à colonização.



MUNDO

O CHOQUE DOS TITÃS: TRUMP VERSUS MUSK E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A GEOPOLÍTICA E A ECONOMIA GLOBAL

- A recente efervescência na relação entre Donald Trump e Elon Musk transcende uma mera disputa pessoal, revelando-se um episódio marcante com profundas implicações geográficas, históricas e geopolíticas.
- O embate, iniciado pela crítica de Musk a um projeto de lei republicano que visava eliminar subsídios a veículos elétricos, escalou rapidamente, com Trump ameaçando cortar contratos federais bilionários com empresas como Tesla, SpaceX e Starlink.
- A resposta de Musk foi igualmente contundente, sugerindo uma ligação de Trump com Jeffrey Epstein e chegando a pedir seu impeachment.

► Um olhar histórico: precedentes e rupturas

- Historicamente, a relação entre o governo e grandes corporações nos Estados Unidos sempre foi complexa e, muitas vezes, ambivalente. Desde os “barões ladrões” do século XIX, que acumularam vastas fortunas e influência, até as gigantes de tecnologia da atualidade, a dinâmica de poder oscilou entre a colaboração e o confronto.
- O que torna o embate Trump-Musk particularmente notável é o rompimento de uma aliança tácita entre duas figuras de imenso poder e visibilidade.
- Anteriormente, Musk, embora excêntrico, era visto com certa simpatia por setores conservadores, especialmente por suas críticas à regulação excessiva e seu foco em inovação.
- A virada demonstra a fragilidade das alianças políticas e a disposição de Trump em utilizar o peso do governo para retaliar oponentes, mesmo que estes sejam peças-chave da economia americana.
- O pedido de impeachment por parte de Musk, bem como a insinuação de envolvimento com Jeffrey Epstein, também evoca um passado de escândalos políticos e figuras controversas na história americana. A sombra de Epstein, com sua rede de contatos influentes e acusações de tráfico sexual, adiciona uma camada sombria e explosiva a esta já volátil disputa.

► A perspectiva geográfica: o Vale do Silício e Washington em colisão

- Geograficamente, o conflito acentua a tensão crescente entre Washington D.C. e o Vale do Silício. Tradicionalmente, o centro político dos EUA e o polo de inovação tecnológica operam em esferas distintas, embora interdependentes.
- O Vale do Silício, com seu espírito de disrupção e busca por autonomia, frequentemente colide com a burocracia e as regulamentações governamentais.
- A ameaça de Trump de cortar contratos federais atinge o coração das operações de empresas como SpaceX e Starlink, que dependem fortemente de acordos governamentais para seus projetos espaciais e de conectividade.



Estima-se que existam na Terra milhões de diferentes tipos de organismos vivos compartilhando a biosfera. O reconhecimento dessas espécies está intimamente relacionado à história do homem.

O homem, determinado momento da história evolutiva, passou a utilizar animais e plantas para sua alimentação, cura de doenças, fabricação de armas, objetos agrícolas e abrigo. A necessidade de transmitir as experiências adquiridas para os descendentes forçou-o a conhecer detalhadamente as plantas e animais. O documento zoológico mais antigo que se tem notícia, é um trabalho grego de medicina, do século V a.C., que continha uma classificação simples dos animais comestíveis, principalmente peixes.

Diante disso, a classificação dos seres vivos surgiu da necessidade do homem em reconhecê-los. O grande número de espécies viventes levou-o a organizá-las de forma a facilitar a identificação e, conseqüentemente, seu uso.

A classificação dos seres vivos

A primeira fase da classificação dos seres vivos começou na Antiguidade, com o filósofo grego **Aristóteles** (384 - 322 a.C.), autor dos registros escritos mais antigos conhecidos sobre esse assunto e que datam do século 4 a.C. Nessa época, os organismos vivos foram divididos em dois reinos claramente distintos: as Vegetal e Animal. Neste tipo de classificação, as plantas eram todos os organismos fixos e sem uma forma claramente definida, capazes de fabricar matéria orgânica a partir de fontes inorgânicas - autotrofia -, enquanto os animais eram todos os restantes organismos, devida livre, com forma definida e dependentes da matéria orgânica (plantas ou outros animais) para a sua nutrição - heterotrofia.

Conforme mais dados iam sendo recolhidos, principalmente de estrutura microscópica e metabolismo, a sua maioria confirmava a total separação dos dois grandes reinos. Assim, as plantas apresentavam todas espessas paredes celulares celulósicas, enquanto as células animais apresentavam outros compostos no seu interior.

Esta divisão simples dos organismos parecia tão óbvia e bem definida para os organismos macroscópicos que o problema causado pelos fungos, que não pareciam encaixar bem nas plantas, era facilmente esquecido.

Entretanto, com a invenção do microscópio por Van Leeuwenhoek, foi revelado uma miríade de organismos microscópicos, não visíveis a olho nu. Assim, ficou claro que a distinção entre animais e plantas não podia ser facilmente aplicada a este nível. Alguns deste seres podiam ser facilmente comparados com algas macroscópicas e incluídos nas plantas, outros poderiam ser incluídos nos animais mas ainda restavam muitos com combinações estranhas de características de animal e de planta.

Para complicar ainda mais a situação, a teoria de Darwin da evolução tinha sido aceita como representativa da realidade, e considerava que todos os organismos tinham um ancestral comum. Era óbvio que um ancestral comum às plantas e aos animais não poderia ser nenhum deles, sendo necessário criar um novo grupo onde se pudesse incluí-lo.

Diante disso, o alemão **Ernst Haeckel**, realizou estudos microscópicos da enorme variedade de organismos unicelulares, e chegou à conclusão que as primeiras formas de vida teriam sido muito simples, sem a complexidade estrutural que já observava nos unicelulares observados. Assim, Haeckel, chamou esses organismos primitivos moneras, tendo-os dividido em zoomoneres (bactérias) e phytomoneres (cianobactérias). O desenvolvimento de células mais complexas, contendo núcleo, era, na sua opinião, o resultado de diferenciação do citoplasma.

Assim, Haeckel criou um terceiro reino a que chamou **Protista**. Neste reino colocou todos os seres que não apresentavam tecidos diferenciados, incluindo seres unicelulares e coloniais.

Haeckel reconheceu uma série de subdivisões no seu reino Protista. A principal subdivisão era entre os grupos semelhantes às plantas - Protophytes - e os semelhantes aos animais - Protozoa -, reconhecidos pelos seus metabolismos diferentes. Também necessitava de um terceiro grupo onde colocar todos os



LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992.

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I GENERALIDADES

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º O presente Estatuto tem o fim de regular a situação, deveres, direitos e prerrogativas dos servidores públicos militares do Estado de Alagoas.

Art. 2º A Polícia Militar do Estado de Alagoas, Força Auxiliar e Reserva do Exército, é uma instituição permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, subordinada administrativa e operacionalmente ao Governador do Estado, incumbida das atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública.

Parágrafo único. A Polícia Militar para fins de defesa interna, subordina-se diretamente ao Exército Brasileiro e deverá estar adestrada para desempenhar os misteres pertinentes a missão supra.

Art. 3º Os integrantes da Polícia Militar do Estado de Alagoas, em razão da destinação constitucional da Corporação e em decorrências das leis vigentes, quer do sexo masculino ou feminino, constituem uma categoria especial de servidores públicos, denominados “policiais militares”.

§ 1º Os Policiais Militares posicionam-se em uma das seguintes condições:

a) na ativa:

I – os Policiais Militares de carreira;

II – os Policiais Militares reformados (doença, invalidez) ou que passarem para a reserva remunerada por ter concluído seu tempo de serviço permanecerão na inatividade, continuando a perceber a remuneração do Estado. (Redação dada pela Lei nº 5.729, de 18.09.1995).

III – os componentes da reserva remunerada, quando convocados e designados para serviço especificado.

b) na inatividade:

I – quando transferido para reserva remunerada, permanecem percebendo remuneração do Estado, porém sujeitos à prestação de serviço ativo, mediante convocação e designação;

II – reformados, quando tendo passado por uma ou duas situações anteriores, ativa e reserva remunerada, estão dispensados definitivamente da prestação de serviço ativo, continuando a perceber remuneração do Estado.

III – o Policial Militar que assumir cargo público eletivo, será afastado do serviço ativo temporariamente; podendo voltar ao serviço ativo no mesmo posto ou graduação em que foi afastado, desde que: (Redação acrescentada pela Lei nº 5.729, de 18.09.1995).

1. deseje voltar ao serviço ativo; (Redação acrescentada pela Lei nº 5.729, de 18.09.1995).

2. renuncie o cargo público para o qual foi eleito; (Redação acrescentada pela Lei nº 5.729, de 18.09.1995).



► Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

- **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

► **Território: pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.**

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.